

Voz Silenciada, Escrita Insurgente: um olhar sobre a literatura de Carolina de Jesus à luz do pensamento feminista

Voz Silenciosa, Escritura Insurgente: una mirada a la literatura de Carolina de Jesús a la luz del pensamiento feminista

Silent Voice, Insurgent Writing: a look at the literature of Carolina de Jesus in the light of feminist thought

Joyce Cristina Farias de Amorim
José Guilherme de Oliveira Castro

Resumo: O presente artigo realizou um estudo da narrativa literária *Quarto de Despejo* (1960), de autoria de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), na perspectiva do pensamento feminista. Considerando ser esta uma obra plural e que permite discussões/análises sob as mais diversas óticas e a partir de diferentes áreas do conhecimento, é que o presente estudo teve o intuito de analisar as produções de sentido que se revelam e se desvelam por entre os fios da tecitura literária da escritora em questão. A análise se constrói e se constitui a partir do entrecruzamento de fios epistemológicos sobre o feminismo, bem como o feminismo negro, com base em pressupostos teóricos como Ribeiro (2018) (2019), Berth (2019), Akotirene (2019), Hooks (2019) (2020), Davis (2016), além das considerações de Rago (1995) (2013), Carneiro (2011), Piscitelli (2001) e Perrot (1992).

Palavras Chave: Feminismo. Literatura. Negritude. Silêncio. Resistência.

Resumen: Este trabajo realiza un estudio de la narrativa literaria *Quarto de Despejo* (1960) de Carolina María de Jesús (1914-1977), desde la perspectiva del pensamiento feminista. Teniendo en cuenta que se trata de una obra plural y que admite discusiones/análisis desde las más diversas perspectivas y desde diferentes áreas de conocimiento, es que este estudio se propuso analizar las producciones de sentido que se revelan y develan por los hilos del tejido literario del escritor en cuestión. El análisis se construye y constituye a partir del cruce de hilos epistemológicos sobre el feminismo, así como del feminismo negro, a partir de supuestos teóricos como Ribeiro (2018) (2019), Berth (2019), Akotirene (2019), Hooks (2019) (2020), Davis (2016), además de las consideraciones de Rago (1995) (2013), Carneiro (2011), Piscitelli (2001) y Perrot (1992).

Palabras Claves: Feminismo. Literatura. La negritud. El silencio. La resistencia.

Abstract: This paper conducted a study of the literary narrative *Quarto de Despejo* (1960) by Carolina Maria de Jesus (1914-1977), from the perspective of feminist thought. Considering that this is a plural work that allows discussions/analysis from the most diverse perspectives and from different areas of knowledge, this study aimed to analyze the productions of meaning that are revealed and unveiled through the threads of the literary weaving of the writer in question. The analysis is built and constituted from the intersection of epistemological threads about feminism, as well as black feminism, based on theoretical assumptions such as Ribeiro (2018) (2019), Berth (2019), Akotirene (2019), Hooks (2019) (2020), Davis (2016), in addition to the considerations of Rago (1995) (2013), Carneiro (2011), Piscitelli (2001) and Perrot (1992).

Key-words: Feminism. Literature. Negritude. Silence. Resistance.

Joyce Cristina Farias de Amorim – Dranda em Comunicação, linguagens e cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestra em Comunicação, linguagens e cultura. Graduação em Letras. E-mail: joyce.crisamorim@hotmail.com

José Guilherme de Oliveira Castro – Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação, linguagens e cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: jgpsico.letras@gmail.com

INTRODUÇÃO

O livro intitulado *Quarto de Despejo* (1960) é uma narrativa literária de caráter testemunhal de Carolina Maria de Jesus, que narra sobre a sua vida na favela. A escritora nasceu no dia 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais. Era filha de uma lavadeira, e tinha outros sete irmãos. Não concluiu o ensino formal, mas considerá-la como uma mulher de pouca instrução é de todo modo uma afirmação muito simplista, considerando o alto nível de conhecimento e de formalidade do vocabulário expressos em seus escritos, os possíveis equívocos ortográficos não diminui a obra em hipótese alguma, pelo contrário. Carolina teve ao longo de sua vida um significativo gosto pela leitura e pela arte de escrever. “Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter” (JESUS, 1963, p.31).

Carolina de Jesus é uma mineira que se mudou para São Paulo, como muitos brasileiros que, histórica e culturalmente, foram em busca de oportunidades. Trabalhou como empregada doméstica, mas logo passou a morar na rua e a se sustentar como catadora de lixo. Tempos depois, foi ‘despejada’ na Favela do Canindé. E é neste lugar que Carolina, de um modo tortuoso e doloroso, encontra inspiração para produzir seus escritos. Escritos estes que revelam os traumas e o sofrimento de viver naquele lugar, em condições subumanas, e encontrara na escrita a motivação para sonhar e manter viva a esperança dentro de si. Uma mulher que teve três filhos, de relacionamentos diferentes, mas se manteve solteira, por opção, o que já se caracteriza como traços subversivos para a sociedade patriarcal na época.

Carolina escreveu sobre o seu cotidiano de uma forma única, inclusive revelando em detalhes as injustiças sociais que a acompanhava, como ela bem relatava, “esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato felicidade” (JESUS, 1963, p. 72). Esta já se considerava escritora, antes mesmo do encontro com Audálio Dantas. Praticamente todos os dias, ela escrevia em cadernos velhos que encontrava em meio ao lixo. O jornalista Audálio Dantas tinha o intuito de realizar uma reportagem sobre a favela do Canindé, pois o lugar e as condições de vida das pessoas que residiam nele despertava interesse e curiosidade da imprensa local naquele período. E foi visitando a Favela que Audálio conheceu Carolina, e, tempos depois desse encontro, se publicou o livro *Quarto de Despejo*, que foi um verdadeiro sucesso de vendas no Brasil e em outros países.

Algumas polêmicas envolviam o lançamento da obra de Carolina que não foi muito bem aceita pela crítica da época, inclusive se questionou a veracidade de sua autoria. O que sugeriu o sentimento de preconceito ao considerar que Carolina era uma mulher negra, pobre, residente de favela e não havia concluído os estudos. Mas houve grandes nomes da Literatura Brasileira que saíram em sua defesa, como Manuel Bandeira e Clarice Lispector, além de outros. Mas toda essa polêmica não ofuscou o sucesso de Carolina, inclusive internacional.

No auge do sucesso, ela deixa a favela e vai morar no Alto de Santana. Recebe homenagem da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo. E também foi agraciada com a Orden Caballero Del Tornillo, na Argentina. Nos anos seguintes, com recursos próprios, ela publica *Casa de Alvenaria: Diário de uma Ex-favelada* (1961), *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1965). Mas Carolina não alcança o êxito esperado, e não demorou muito para voltar à condição de vida de antes, com problemas financeiros e ignorada.

Em 1969, mudou-se com os três filhos para um sítio no bairro de Parelheiros, em São Paulo, período em que ela foi praticamente esquecida pelo mercado editorial e pela imprensa. Carolina

de Jesus faleceu no dia 13 de fevereiro de 1977. E, após a sua morte, se forma um novo hiato de esquecimento durante muitos anos.

Retomado o interesse pelos seus escritos, tem-se hoje um quantitativo considerável de pesquisas e livros publicados sobre a vida e a obra dela, não o suficiente. Dessa forma, por considerar a importância de Carolina de Jesus e de suas obras para o contexto da Literatura Brasileira, além de seu nome e de sua obra representarem a luta e a resistência da mulher negra, num país em que as desigualdades de raça, classe e gênero ainda persiste, o presente artigo se propôs a realizar reflexões e discussões relacionadas a estas questões, à luz do pensamento feminista, principalmente negro, tomando como objeto de estudo o livro *Quarto de Despejo*.

1. O Feminismo Negro em *Quarto de Despejo*: atravessamentos

No período do movimento sufragista, muitas mulheres brancas e negras lutaram pelo direito ao voto, mas sufragistas negras acabaram percebendo que o voto tinha um impacto muito menor em seu status social (HOOKS, 2020, p.271), elas identificaram atos de racismo dentro do próprio movimento. O que mais tarde, em meio à luta do século XX, segundo hooks (2020, p. 270), raça e sexo acabaram se tornando questões interligadas, com o surgimento de um novo movimento que atendessem a essa dupla opressão: o movimento feminista negro.

De acordo com Ribeiro (2018, p. 51), “o feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980”, principalmente por causa “da fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos, em 1973, e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema”. Já no Brasil, começou a ganhar força nos anos 1980 (RIBEIRO, 2018, p.52).

Carolina, no auge do sucesso na década de sessenta, como escritora, se tornara um dos nomes mais comentados no país; a sua grande recepção e admiração por parte de muitos países não impediu que ela fosse alvo de discursos e comentários preconceituosos, mas, segundo Ribeiro (2018), isso ocorre porque “uma mulher negra empoderada incomoda muita gente – basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando vêem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina” (RIBEIRO, 2018, p.58).

A história de Carolina também muito lembra a de um grande ícone da história estadunidense, a de Sojourner Truth, que até hoje é lembrada pela frase ‘e não sou eu uma mulher?’ (HOOKS, 2020, p.251 a 254). Segundo a história,

Sozinha, Sojourner Truth salvou o encontro de mulheres em Akron, Ohio, em 1951. Tratava-se da primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, e continua sendo uma das mais citadas. A frase “E não sou eu uma mulher?” continua sendo uma das mais citadas palavras de ordem do movimento de mulheres do século XIX. (DAVIS, 2016, p. 70)

Sojourner não só discursou como respondeu aos questionamentos misóginos durante a convenção, num momento em que mulheres negras jamais teriam autorização para se pronunciar. E Carolina também foi uma mulher que enfrentara muitos discursos/comportamentos misóginos e racistas. Como, por exemplo

Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.
– todos tem um ideal. O meu é gostar de ler. (JESUS, p. 23)

eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:
– é pena você ser preta! (JESUS, p. 58)

Mas Carolina não se curvava, e respondia

esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico.
[...] se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, p. 58)

o branco é que diz é superior, mas que superioridade apresenta o branco?
[...] a enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. [...] a natureza não seleciona ninguém. (JESUS, p. 58)

Carolina desde sempre questionava a supremacia masculina, e sonhava

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil [...] só lia nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:

– porque a senhora não me faz virar homem?

Ela dizia:

– se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem.

Quando saía o arco-íris eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando igual os políticos distante do seu povo. Eu caçava e sentava. Depois começava chorar. Mas o povo não deve caçar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe.

– o arco-íris foge de mim. (JESUS, p. 48)

Carolina foi uma mulher que questionava os padrões. Especialmente a do casamento. Mesmo entendendo como “não ter sorte com homens”, ela apresenta traços claros de uma mulher independente. E assim queria continuar. Denunciava o machismo. Mesmo talvez de maneira inconsciente, ela já se revelava e se inclinava, por meio de seus escritos, sobre a ideia de equidade entre os gêneros, sobre a equidade dos direitos entre homens e mulheres.

Elas alude que não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. E elas tem que mendigar e ainda apanhar. Não invejo as mulheres casadas da favela. (JESUS, 1963, p. 14)

mas eu sou forte. Não me abato. (JESUS, 1963, p. 18)

seu marido trabalha onde?

– Não tenho marido, e nem quero! (JESUS, 1963, p. 20)

Portanto, Carolina foge do padrão do sistema patriarcal, com três filhos de relacionamentos diferentes e por preferir continuar solteira. Entretanto, dentro do sistema de opressão patriarcal, sofreu as consequências das dores e dos traumas das condições em que vivia com os seus filhos. Mas questionava e não aceitava aquela situação. Sonhava em sair daquele lugar.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da

favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 1963, p. 76)

Ao observar estes dois espaços tão distintos, compreende-se que a comparação denota sentimentos de indignação, tristeza, sofrimento, preconceito, miséria, injustiça, impunidade, segregação, dentre outros, estas características marcam o lugar e seus habitantes.

Diante de tantas mazelas, a fome era algo que perturbava e incomodava Carolina, e é uma das palavras que mais se revela na narrativa, direta ou indiretamente; inclusive, para a escritora, a fome tinha cor, a fome era amarela.

Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou aos meus olhos.

A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (JESUS, 1963, p. 36)

É quatro horas. Eu já fiz almoço – hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e reponho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está no alcance do favelado, fico sorrindo atôa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante. (JESUS, 1963, p.44)

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1963, p. 27)

Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A vera começou pedir comida. E eu não tinha. [...]

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. A da fome nos faz tremer. (JESUS, 1963, p. 39)

Como bem se vê nos trechos acima, a fome era uma das questões mais recorrentes. Carolina vai descrevendo inúmeras vezes a sensação de antes e depois de comer, de quem raramente conseguia realizar uma refeição mínima. Inclusive ela compreendia a fome como uma nova forma de escravidão.

O fardo pesado que sobrecarrega muitas mulheres no Brasil também pesava sobre Carolina, afinal, ser mãe e ser a única a ser responsável pelo sustento dos filhos representa inúmeras dificuldades. Pode-se dizer que essa imagem representa a verdadeira família tradicional brasileira:

Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. [...] preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. (JESUS, 1963, p. 19)

Tem hora que me revolto com a vida atribulada que levo. E tem hora que me conformo. (JESUS, 1963, p. 22)

Ao longo da narrativa, Carolina também denunciava o racismo estrutural, citando a violência policial.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1963, p. 96)

Enfim, Carolina vai relatando sobre situações de racismo e, (in)diretamente, denuncia a questão do racismo estrutural que se constituía e se instituiu na cidade de São Paulo na época e da condição de marginalização em que negros estavam condicionados socialmente, até os dias atuais, mas Carolina revela forte resistência contra o preconceito.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais educado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta [...] O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 1963, p. 58)

Carolina, por ser mulher, negra e com filhos, solteira por opção, sofrera todos os tipos de preconceitos e julgamentos sociais da época. Mas Carolina não se deixava abater, resistia. Carolina era consciente de que ser mulher se tornava cada vez mais desafiador, pois, numa sociedade patriarcal, a explicação quanto “à origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher, e esta se encontra na naturalização da diferença entre dois sexos” (BORRILLO, 2010, p.30), ou seja, o discurso de ordem natural dos sexos é o que determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar a do masculino, inclusive pela lógica da subordinação, tanto psicológica quanto cultural. Carolina não via a necessidade de ter um marido, um companheiro, era uma mulher que questionava o comportamento machista normatizado/normalizado da época.

Carolina questionava as mazelas sociais que sofrera, e, sem medo, desafiava os políticos:

O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la. (JESUS, 1963, p. 26)

O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. (JESUS, 1963, p. 26)

Quando foi à delegacia, o tenente o lhe disse o seguinte:

Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil à pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disso, porque não faz um relatório e envia para os políticos? [...] agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. (JESUS, 1963, p. 26)

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. (JESUS, 1963, p. 28)

Eu classifico São Paulo assim: o palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos. (JESUS, 1963, p. 28)

Os políticos sabem que sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido. (JESUS, 1963, p. 35)

De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome. (JESUS, 1963, p. 36)

Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. (JESUS, 1963, p. 37)

Como já fora dito, a obra de Carolina revela e desvela muitas questões que propiciam as mais diferentes discussões e reflexões, como por exemplo: como se constrói o plurisentido do que é ser mulher, e, mais ainda, do que é ser mulher negra.

Carolina sempre acreditou que um dia publicaria um livro, inclusive encontrava na escrita uma forma de aliviar suas dores, traumas, sofrimento e a fome, como se, de alguma maneira, se apegasse a uma esperança de vencer, mudar de vida. Para Seligmann-Silva (2008, p. 66), narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer. E o livro *Quarto de Despejo* representa o renascimento de Carolina, quiçá a sua imortalidade.

De acordo com Berth (2019), mulheres negras escritoras não tiveram espaços semelhantes ao universal branco masculino. Com Carolina não foi diferente, tendo a autoria dos seus escritos, a sua capacidade intelectual e a sua literariedade questionados. Carolina foi, de acordo com os pressupostos de Berth, uma mulher empoderada, porque questionava e não aceitava as condições nas quais (sobre)vivia.

A obra de Carolina, questionada e criticada pelo cânone, salvo alguns que saíram em sua defesa, foi classificada como Literatura marginal, mas sendo compreendida aqui enquanto Literatura de testemunho, com base no que diz Salgueiro (2012, p. 291), que esclarece que “a noção fundadora de testemunho vem da chamada ‘literatura do Holocausto’, emblemática pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial”, e, ainda para Seligmann-Silva (2008, p.71), “ocorre uma revisão da noção de literatura justamente porque do ponto de vista do testemunho ela passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real”. O que contribui para justificar a classificação de *Quarto de Despejo* como Literatura de testemunho.

Segundo Fernandez (2020), *Quarto de despejo* é um livro de autoficção, que, literariamente, relata a história real da vida sofrida de uma mulher negra que criava seus três filhos, sozinha, em meio a tantas dificuldades, em cadernos reutilizados. Quando se revisita a história de Carolina, é possível enxergá-la nesses traços, porque *Quarto de Despejo* representa denúncia social e resistência, afinal, era necessário e urgente, pois, segundo a própria Carolina, o Estado está presente apenas para reprimir.

Carolina foi uma mulher consciente das opressões que vivia e do quanto se revoltava e questionava todo o sistema de opressão que sofria. Ela não foi uma militante feminista, mas foi a própria representação do pensamento feminista negro, quando se concebe Carolina enquanto uma mulher que não aceitou a posição na qual a sociedade a colocava, pelo contrário, lutava pelos seus sonhos e tentava se fazer ouvida, ainda que, algumas vezes, as forças lhe faltassem.

Por meio da leitura e análise da obra, observou-se fatores que revelam características próprias do pensamento feminista negro, fatores estes que se desenrolam e se mesclam à tecitura deste artigo, e que reforçam a importância de Carolina enquanto símbolo de representatividade da mulher negra, da mulher mãe, da mulher escritora, enfim, enquanto uma mulher consciente politicamente e também de seus direitos, e que fez de seus escritos uma grande arma de denúncia e maior ato de

resistência contra todas as opressões vividas, além de marcar o seu lugar na história da Literatura Brasileira, quiçá na história de uma sociedade que tanto invisibilizou e silenciou mulheres negras.

Os movimentos de mulheres, quando se iniciaram, não consideravam as diferentes opressões, como as que oprimem mulheres negras, por exemplo. Pois, em termos de linhas gerais, segundo Rago (2013), “uma das principais finalidades dos feminismos é libertar as mulheres da figura da Mulher, modelo universal construído pelos discursos científicos e religiosos, desde o século XIX” (RAGO, 2013, p.28), e, mesmo excluindo ou ignorando outras pautas, ainda se faz importante considerar que “o movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje” (HOOKS, 2019, p. 15).

Segundo Piscitelli (2001, p. 5)

Considerando que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão, se chegou à conclusão de que a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas. A conhecida ideia ‘o pessoal é político’ foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher.

Piscitelli (2001, p. 5) ainda acrescenta que, “em termos de prática política, as feministas pretendiam desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social”, o que é possível pensar, inclusive, as diferentes formas de opressão que mulheres enfrentavam/enfrentam. Se por um lado se pode dizer que mulheres são oprimidas por serem mulheres, por outro há de se pensar que essa não é a única forma de opressão, as diferentes formas de opressão não oprimem mulheres da mesma forma. Para Carneiro (2011), “as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não reconhece”. É neste sentido que mulheres negras não se sentiram representadas dentro do movimento, por entender que as pautas do movimento feminista, no início, se resumiam à de gênero.

Uma outra questão que se faz importante refletir, considerando o contexto da pós abolição da escravidão, é que

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. (DAVIS, 2016, p.95)

Nas palavras de Davis (2016), é possível enxergar a realidade de Carolina, ainda que a escritora estadunidense esteja descrevendo a partir de sua realidade, mas é possível dizer que muito embora as opressões de certo modo sejam semelhantes, não se pode dizer que no Brasil ocorresse/ocorra da mesma maneira. Aqui no Brasil, segundo Lélia González, as opressões ocorrem de formas outras, por se tratar de uma cultura diferente, inclusive demandas diferentes (RATTS, RIOS, 2010). Inclusive é importante enfatizar que “a importância de Lélia Gonzalez na produção de um

discurso crítico sobre a posição subalterna da mulher negra na sociedade brasileira é consenso no interior da militância feminista e negra em todo o país” (RATTS, RIOS, 2010, p. 100).

Dessa forma, com base em Davis e Gonzalez, em relação à história de vida de Carolina, esta foi e continua sendo a realidade de muitas mulheres negras, pois Carolina trabalhou como empregada doméstica, e, “conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), o trabalho doméstico [...] é essencialmente feminino no Brasil, o contingente de mulheres corresponde a 92% (5.973 milhões) sendo 62% negras e pardas com pouca escolaridade”. Estes dados nos motivam a pesquisar porque o trabalho doméstico no Brasil tem a cara da mulher e aparece como lugar de mulher negra e pobre” (INÁCIO, COSTA, 2017, p. 2). É importante salientar que este trabalho somente passou a ser reconhecido no Brasil por meio da Lei complementar 150 de 1º de junho de 2015, que passou a assegurar novos direitos aos trabalhadores da categoria. E há casos, como o de Carolina, em que muitas mulheres migrantes não são aceitas no local de trabalho pelos seus patrões, devido à gravidez, dessa forma, ela se viu obrigada a viver nas ruas e, tempos depois, por causa de um projeto político da prefeitura de São de Paulo na época, ela foi morar numa favela chamada Canindé. E, como tantas outras, ela viveu muitos desafios para sustentar seus três filhos.

No livro que completou 60 anos em 2020, *Quarto de Despejo* revela a interseccionalidade de uma mulher, negra, mãe e pobre que, segundo Akotirene (2019, p. 21), indo ao encontro da reflexão epistemológica de Patrícia Hill Collins, feminista negra estadunidense, é um “sistema de opressão interligado”.

Historicamente, no período que corresponde ao nascimento e partida de Carolina, ocorrera a primeira e a segunda onda feminista aqui no país. Na segunda onda, com a máxima “o pessoal é político”, vivia-se o auge do movimento feminista, e, neste período, ocorre paralelamente o nascimento da Carolina enquanto escritora. Uma mulher que obtém grande reconhecimento, uma mulher com plena consciência política e firme em/de suas convicções, considerando que ela viveu os maiores desafios impostos por uma sociedade misógina, sexista, racista e classista, mesmo durante o sucesso e o reconhecimento internacional de sua obra.

2. O (Não) Lugar de Carolina(s) numa Sociedade Opressora

Em termos de linhas gerais, o que bem se sabe é que, historicamente, a “diversidade da formação da população brasileira tem sido negligenciada” (BERTH, 2019, pág. 58) nos mais diferentes espaços e discursos. E, nos dias atuais, “o reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Feminismo Negro”, estão conseguindo fazer “com que outros discursos e demandas venham para o centro da discussão”. Dessa forma, “conceitos como lugar de fala e representatividade passaram a ganhar espaço e força” (BERTH, 2019, p. 59-60).

Lugar é talvez uma das palavras-chave da narrativa e de Carolina enquanto escritora e mulher negra. Tudo gira em torno do lugar, seja ele geográfico, literário, de gênero, de raça, de classe, entre outros. Inclusive, o título dado à narrativa metaforicamente se refere tanto ao lugar onde Carolina morou, a favela do Canindé, como também sugere a forma como chegou até ele e como era morar neste lugar.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos,

almofadas de sitim. E quanto estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 1963, p. 33)

Observar a descrição do lugar e do que representa morar nele, compreende-se e se pressupõe o lugar social de Carolina. O lugar em que está uma mulher negra, pobre e mãe solo de três filhos. Entende-se, também, que tão importante quanto discutir o lugar é discutir o não lugar, que vai desde à invisibilidade da realidade de muitas mulheres brasileiras, as quais Carolina representa, até à tentativa de apagamento de mulheres negras escritoras ao longo da história, como no caso de Carolina, no início de sua carreira, pouco antes e muitos anos após sua morte também. Mesmo com o sucesso de sua primeira obra, Carolina morrerá ignorada. Além de ter sido, por muito tempo, silenciada por ser mulher, negra e pobre, enquanto escritora; a autoria de seus escritos fora questionada. E, hoje, a voz de Carolina se faz ouvir, e, na voz dela, a de muitas outras Carolinas.

Neste sentido, é muito importante questionar quem por muito tempo deteve o direito à voz, e de quem sempre precisou/precisa de autorização para falar. Quando se trata de discutir/pensar sobre o lugar de fala e o empoderamento, individual e/ou coletivo, da mulher negra, faz-se necessário ampliar a discussão em muitos pontos, a começar pela necessidade de levantar questionamentos como esse. Como bem defendem Berth (2019) e Ribeiro (2019), lugar de fala tem a ver com saberes situados. E, neste sentido, Carolina foi uma mulher subversiva, que não se calava, que questionava, que não aceitava a condição de não lugar ao qual insistiam em colocá-la.

Há de se considerar que Carolina viveu no auge da Ditadura Militar e que falecera em 1977. Ela nasceu num momento da história em que as opressões contra as mulheres eram muito mais intensas. Segundo Rago (2013, p. 24),

Desde os anos 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural.

Assim como Carolina, é importante, também, considerar e reconhecer que muitas mulheres negras vêm deixando o seu legado ao longo da história; narrativas e autoras que estiveram num não lugar durante tanto tempo, mas que somente agora vêm sendo retiradas do silêncio e da invisibilidade. Pois muitas mulheres negras

vêm historicamente produzindo saberes e insurgências. Colocá-las num lugar de quem nunca rompe o silêncio, mesmo com todos os limites impostos estruturalmente, seria confiná-las à mesma lógica que vem se combatendo? Seria confiná-las a um beco sem saída, sem qualquer possibilidade de transcendência. Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias. (RIBEIRO, 2019, p.75)

Tais questionamentos levantados na citação acima, dentre outros que poderiam ser acrescentados, são essenciais para que se possa melhor compreender o que é lugar de fala, e, a partir dele, perceber, dentro desse projeto de colonização, quem sempre foram os sujeitos autorizados a falar

(RIBEIRO, 2019, p. 77). Outro ponto importante é o que alerta Spivak (Apud RIBEIRO, 2019, p. 75) sobre o cuidado de não romantizar os sujeitos que resistem, pois mulheres negras que vivem em situação de pobreza, que trabalham arduamente para sustentar os filhos, sozinhas, não podem se reduzir a uma simples história de superação, a se considerar que muitas mulheres no Brasil vivem em condições semelhantes ao de Carolina, e que só é possível classificar essa questão como um retrato cruel da desigualdade social no país, fruto da má distribuição de renda e ausência de políticas públicas.

Outro termo muito utilizado é o empoderamento, porém, esta palavra não tem sido explorada e compreendida na sua essência, como nos alerta Berth (2019). Na maioria das vezes se restringindo a uma questão puramente estética, o que, na verdade, não a exclui, mas também não a prioriza. Berth (2019) anuncia que, embora seja um termo muito atual, para defini-lo, faz-se necessário voltar um pouco no tempo e (re)lembrar que Paulo Freire (apud BERTH, 2019), uma das maiores referências na/da educação, já utilizava a concepção de empoderamento, pois, para ele, empoderar-se é um processo que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora, e ainda acrescenta que a consciência crítica é condição indissociável do empoderamento, algo que Berth (2019) concorda e defende; enfim, empoderamento é instrumento de emancipação política e social (BERTH, 2019, p. 45-54). O que possibilita compreender Carolina e sua escrita como empoderadas.

É importante considerar que há uma série de equívocos sobre o entendimento de empoderamento, como, por exemplo, a ideia de compreendê-lo apenas como sendo um processo individual. Segundo Berth (2019), o empoderamento pode ser individual e pode ser coletivo, e que são

duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. (BERTH, 2019, p. 54)

Dessa forma, compreende-se então que empoderamento, na verdade, é um fator que resulta da junção de indivíduos que se desconstróem e se reconstróem num processo contínuo, como resposta às transformações sociais que beneficiarão a coletividade (BERTH, 2019, p. 54).

Quando se trata de pontos de partida, Ribeiro (2019, pág. 60) – baseada em Collins – afirma que não se está falando, necessariamente, somente de experiências individuais, mas das condições sociais que permitem ou não que grupos subalternizados acessem lugares de cidadania. E reforça que a intenção maior é promover um debate estrutural, no sentido de entender como o lugar social ocupado por determinados grupos limita oportunidades.

Segundo Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização social dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos. (RIBEIRO, 2019, p. 60-61)

A partir disso, se compreende a necessidade de se discutir e analisar questões que envolvem sujeitos subalternizados à luz da interseccionalidade, e não se pensar na universalização do sujeito somente sob uma única categoria, por exemplo.

Não bastasse tudo o que lhe fora negado, houve quem questionasse e negasse Carolina de Jesus como escritora, inclusive que seus escritos pudessem ser considerados Literatura, e, muito antes de ser publicada, Carolina já previa: “Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isso é mentira! Mas, as misérias são reais” (JESUS, 1963, p. 41). Carolina foi vista como não pertencente a muitos lugares, e na Literatura não foi diferente. Mas isso não a fez desistir; Carolina não se calou, questionava e refutava discursos e pensamentos que a negavam. E, neste sentido, Ribeiro (2019) é incisiva e assertiva em dizer que lugar de fala é questionar, é “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 64). Ribeiro (2019, p. 63) também acrescenta que “não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços”. Eis o não lugar, ao qual muitos são relegados. Carolina é um exemplo disso.

3. Uma Mulher Negra: voz silenciada, escrita insurgente

Segundo Rago (1995, p. 81), “a história conta somente sobre homens e suas façanhas, à margem da história era possível perceber as mulheres, ou mesmo a existência de um universo feminino expressivo”, o que Perrot (1992, p.185) diria que as mulheres foram consideradas nada mais nada menos do que meras coadjuvantes da história. Mesmo à sombra da historiografia, somente por meio das “pressões e demandas do movimento feminista, nos anos 70, assim como a imersão das mulheres no mercado de trabalho e no meio acadêmico é que forçaram a quebra do silêncio” (RAGO, 1995, p. 81).

Como já fora dito, Carolina foi uma mulher que não completou o ensino formal, mas foi uma mulher com um vasto conhecimento da vida e de seu lugar no mundo. Sua escrita subversiva revela(va) uma mulher consciente e crítica.

Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar meu caráter. (JESUS, 1963, p. 13)

Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. (JESUS, 1963, p. 17)

O desgosto que tenho é residir em favela. (JESUS, 1963, p. 19)

Uma mulher com muito conhecimento que adquiria tanto dos livros – que lia na casa dos patrões e no lixo – como das experiências da vida; pois o que Carolina amava fazer, e fazia sempre que tinha oportunidade, era escrever, era ler. Ela encontrou na leitura e na escrita uma forma de fuga da realidade, de esquecer um pouco a fome, de denunciar opressões/opressores:

Cheguei em casa, fiz o almoço. Enquanto as panelas ferviam eu escrevo um pouco. (JESUS, 1963, p. 16)

Deixei o leito às 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. (JESUS, 1963, p. 18)

Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. (JESUS, 1963, p. 19)

Enquanto as roupas coravam eu sentei na calçada para escrever. (JESUS, 1963, p. 20)

Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei a comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. (JESUS, 1963, p. 22)

A Literatura se faz presente na vida e nos escritos de Carolina em diferentes formas. Como questionar ou duvidar da literariedade presente na sua forma de escrever, na sua forma de ver o mundo, na sua forma de falar de si, bem como de ver os problemas à sua volta? Carolina possuía uma forma muito singular de escrever, e isso era/é a sua principal marca. Segundo Fernandez (apud JESUS, 2019), Carolina de Jesus,

Em seu processo criativo, [...] parece estar sempre organizando sua escrita para iniciar uma nova viagem, criar novos territórios e engendrar novas formas. Nessa feitura, parece mais importar o atingir algum espaço para tecer suas narrativas do que, necessariamente, afinar formatos e temáticas. Deficiência? Espelho de uma condição de vida marginal? Fratura estilística? Inovação? Ou, uma possibilidade levando à outra? Consideremos todas as opções. (JESUS, 2019, p. 7)

São muitos os questionamentos que giram em torno de sua escrita e de sua maneira particular de escrever. Mas é importante considerar todas as opções levantadas por Fernandez.

Relacionado a esta questão, quando Spivak (2010) constrói seus escritos em torno do questionamento que intitula o seu livro, “Pode o subalterno falar?”, e discute várias questões de opressão de sujeitos em situação de subalternidade, em diferentes culturas, ela contribui com a presente discussão quando responde que

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher negra e pobre como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, p. 126)

Ribeiro (2019, p. 74) acrescenta que o discurso de Spivak ensina o quanto grupos subalternizados não têm direito à voz, principalmente, por estarem num lugar onde não se reconhece as suas humanidades. Isso significa que

[...] Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? [...] Existe o mesmo espaço de legitimidade? (RIBEIRO, 2019, p.77)

Para que uma fala/voz como a de Carolina seja legitimada, é necessário que se tenha uma escuta. Sabe-se que há muitas vozes ecoando socialmente, mas nem todos estão disponíveis e dispostos a escutar. Mas, ainda assim,

[...] mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simetria causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente. (RIBEIRO, 2019, p. 86)

Sendo assim, pensar lugar de fala é tentar romper com o silêncio instituído para sujeitos subalternizados, é um movimento com o intuito de romper com a hierarquia, classificada por Derrida como violenta, segundo afirma Ribeiro (2019, p.89). É importante considerar que esse movimento/pensamento vem ganhando forças nos dias atuais, pois

O reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Feminismo Negro, que se deu por uma disputa maior de narrativas desses movimentos com a expansão da internet, fez com que outros discursos e demandas viessem para o centro da discussão. (BERTH, 2019, p. 59-60)

É neste sentido que “conceitos como lugar de fala e representatividade passaram a ganhar espaço e força, ao mesmo tempo em que o contradiscurso, que almeja desestruturar essa evolução, passa a esvaziar e/ou tirar a legitimidade deles, pela distorção ou cooptação” (BERTH, 2019, p. 59-60). Por isso, é tão importante considerar que

A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje – ainda que a escravização de hoje seja oculta e conseqüente de séculos de escravização de fato, já que a abolição completa da escravização de pessoas negras nem foi processada de maneira correta pela sociedade e avançou pouco mais do que algumas mudanças de legislação, muito devido à negação de saberes, produção e potencial intelectual negra que foi, e é tem sido mais um caminho eficiente para mantê-la no lugar da subalternidade. (BERTH, 2019, p. 60)

Compreender tudo isso é compreender a importância dos movimentos atuantes contra toda e qualquer forma de opressão de gênero, raça e classe. Mas

No caso de mulheres negras e seu peculiar posicionamento na encruzilhada das opressões que construíram nossa sociedade, para lembrar da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw, há uma invisibilidade que é conseqüência da articulação dos grupos subalternizados dentro da pirâmide social: afinal, sofre racismo o homem negro e sofre machismo a mulher branca. E onde fica a mulher negra? Não fica em lugar algum, ou fica em um não lugar. Ou como brilhantemente define kilomba, ocupa o lugar de “o outro do outro” [...] (BERTH, 2019, p. 60)

De acordo com o feminismo negro, a mulher negra é oprimida pela condição de gênero e de raça, mas também de classe, como ocorrera com Carolina. Foi uma mulher que também enfrentou

dificuldades para ser aceita e reconhecida como escritora no país. Mas o que merece maior destaque não é a tentativa de silenciamento de Carolina, mas a força de uma mulher que se faz ouvir, que se faz ecoar e que se tornou necessária e importante até hoje, principalmente hoje. Faz-se viva e ocupa, atualmente, espaços que sempre sonhou ocupar, é atualmente um dos grandes nomes da Literatura Brasileira. Inclusive está entre os/as escritores/as mais lidos da atualidade. Dessa forma, tão importante quanto compreender a importância de Carolina de Jesus é compreender a identidade dos sujeitos subalternizados a partir de suas interseccionalidades, e entender o sistema opressor, e questioná-lo. Carolina de Jesus foi uma mulher, negra, pobre, mãe e escritora, não era menos ou mais uma ou outra, tudo isso fazia parte de sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carolina de Jesus é atualmente um dos nomes mais citados e pesquisados, mas se faz importante enfatizar que nem sempre foi assim. Inclusive, após o sucesso da primeira obra, Carolina não conseguiu obter o mesmo êxito em suas outras publicações, e permaneceu esquecida após a sua morte durante muito tempo. E, somente nos últimos anos, o interesse pela vida e a obra de Carolina passou a ganhar fôlego.

Quarto de Despejo é uma obra que continua atual, e possibilita (re)pensar sobre os (pré)conceitos e os estereótipos estruturais que se instituíram historicamente, é uma escrita de resistência e de empoderamento. É o retrato da favela vista por dentro e por fora por quem viveu de fato lá.

Em suma, a narrativa literária e pessoal de Carolina é a própria representação de muitas mulheres em situação de desigualdade de gênero, raça e classe, é a representação de mulheres que criam filhos, sozinhas. É, enfim, um livro de caráter testemunhal, que detalha com certa sutileza de esperança misturada à persistência e à insistente dor cotidiana, visível da desigualdade socioeconômica; sem dúvida, seus escritos passaram a representar uma arma crítica e de denúncia contra toda e qualquer forma de opressão.

Encerra-se este artigo considerando o final do livro *Quarto de Despejo*, em que Carolina encerra seus escritos com a esperança de que o próximo ano seja melhor do que o outro que termina. Mas mal inicia o ano e se tem um prenúncio de que a mesma história começa outra vez.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade. Coleção Feminismos Plurais*. Org. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BERTH, Joice. *Empoderamento. Coleção Feminismos Plurais*. Org. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

- BRASIL. Lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- CARNEIRO, Suely. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. 2011. Disponível em: [Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero - Geledés \(geledes.org.br\)](#). Acesso em: 12 set 2021.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Heci Regina Candiani (Trad.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRAZÃO, Dilva. *Biografia de Carolina de Jesus*. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/carolina-maria-de-jesus/>>. Acesso em: 10 jul 2019.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Bhuvli Libanio (Trad.). 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.
- HOOKS, bell. *Teoria Feminista: Da margem ao centro*. Rainer Patriota (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 2019.
- INÁCIO, Sueley Luana Silva. COSTA, Carmem Lucia. Uma Reflexão Sobre O Emprego Doméstico no Brasil: Relações desiguais no mundo do trabalho a partir do gênero. Revista eletrônica da graduação/pós-graduação em Educação. *Itinerário Reflectionis*. Volume 13, n. 2, ano 2017.
- JESUS, Carolina Maria. *Meu sonho é escrever... contos inéditos e outros escritos*. Raffaella Fernandez (Org.). 2ª edição. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. Edição Popular, 1963.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- PISCITELLI, Adriana. *Re-criando a categoria mulher?* Campinas, 2001.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia (Org.). *Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Coleção Feminismos Plurais. Org. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- SALGUEIRO, Wilbert. *O que é literatura de testemunho* (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). Matruga, Rio de Janeiro, v. 19, n.31, jul./dez. 2012. Disponível: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matruga/article/view/22610>>. Acesso: 01 jul 2019.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clínica*, Rio de Janeiro. v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.